

# A MEMÓRIA ENTRE O REAL DA LÍNGUA E O REAL DA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO-ESTÉTICO NO CONTO *2035*, DE VERÔNICA STIGGER

*THE MEMORY BETWEEN THE REAL OF LANGUAGE AND THE REAL OF HISTORY: AN ANALYSIS OF THE DISCURSIVE-AESTHETIC FUNCTIONING IN THE SHORT STORY 2035, BY VERÔNICA STIGGER*

Janaina Cardoso Brum<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente trabalho, propomo-nos a pensar a literatura contemporânea a partir de sua relação com o equívoco e o absurdo, defendendo que o discurso literário tem a potência de flagrar o engodo das evidências próprias aos mundos semanticamente normais por sua relação singular com os sentidos, a ideologia e o sujeito. Analisaremos o conto *2035*, de Verônica Stigger, publicado no Brasil em 2016. O texto caracteriza-se por ser uma distopia, a qual, por uma *torção discursivo-literária* nas redes de memória, apresenta-se como uma crítica à formação social capitalista. Filiada à Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, tomamos o estranhamento em relação à realidade e à memória como elementos que, na literatura de Stigger, fazem deslocar os sentidos tomados como absolutos, promovendo um desarranjo-rearranjo nas redes de formulações que tende à transformação. Para tanto, mobilizamos as formas de incidência do interdiscurso na cadeia significativa, o pré-construído e o discurso transversal, assim como seus funcionamentos, respectivamente, metafórico e metonímico, os quais, na ficção, são de tal forma intrincados, de modo a promover a torção discursivo-literária, a qual trabalha, no sentido propriamente materialista, sobre a língua e o impossível que lhe é próprio, a história e sua contradição, bem como o sujeito e sua condição desejante.

**Palavras-chave:** Equívoco. Torção discursivo-literária. Memória discursiva. Real da língua. Real da história. Real do sujeito.

**Abstract:** In the present work, we propose to think about contemporary literature from its relationship with the misunderstanding and the absurd, defending that the literary discourse has the power to catch the deception of the evidences proper to the semantically normal worlds due to its unique relationship with the senses, the ideology and the subject. We will analyze the short story *2035*, by Verônica Stigger, published in Brazil in 2016. The text is characterized by being a dystopia, which, due to a discursive-literary torsion in memory networks, presents itself as a critique of the capitalist social formation. Affiliated to Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux, we take the estrangement in relation to reality and memory as elements that, in Stigger's literature, displace the senses taken as absolute, promoting a disarrangement-rearrangement in the networks of formulations that tend towards transformation. For that, we mobilized the forms of incidence of the interdiscourse in the signifying chain, the pre-constructed and the transverse discourse, as well as their functions, respectively, metaphorical and metonymic, which, in fiction, are so intricate as to promote the discursive-literary torsion, which works, in the properly materialist sense, on language and the impossible that is proper to it, the history and its contradiction, as well as the subject and his desiring condition.

**Keywords:** Misconception. Discursive-literary torsion. Discursive memory. Real of language. Real of history. Real of subject.

## Primeiras palavras

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (2015), atua como professora dos cursos de Letras e Jornalismo no Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (2010-atual), onde atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado Práticas estéticas de resistência e revolta: investigações discursivas em torno das artes do equívoco, filiado ao grupo de pesquisa Laboratório Interdisciplinar de Estudos Feministas (LIEF). O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida durante a vigência do projeto Literatura e(m) resistência: investigações discursivas em torno da prosa brasileira contemporânea, realizado em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, supervisionado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Leandro Ferreira, de março de 2022 a março de 2023

Ao tomarmos a literatura como objeto em Análise do Discurso, precisamos considerá-la como discurso situado histórica e ideologicamente, o que implica dizer que se dá, como qualquer outro discurso, em determinadas condições de produção, assim como é constituída por historicidade. Nesse sentido, não podemos partir da ideia de que uma obra literária figura como um “toque de gênio”, para usar a expressão de Michel Pêcheux, desprendido de suas condições históricas de surgimento, mas devemos pensá-la em relação às suas condições de produção implícita ou explicitamente mobilizadas no texto. Pêcheux (1988 [1975]), ao pensar sua teoria materialista do discurso, defende que a ideia de pensamento como “atividade criadora” consiste no prolongamento do idealismo inerente às relações complexas de identificação-subordinação do sujeito com a forma-sujeito que o domina. Dessa forma, pensaremos a literatura, neste trabalho, do ponto de vista materialista, o que implica considerá-la como prática e como produção.

Em trabalho anterior, propusemo-nos a pensar a produção estética da literatura contemporânea em prosa a partir do reconhecimento de que o equívoco, o *nonsense* e o absurdo produzem sentidos. Esse reconhecimento se dá, defendemos, no intrincamento entre processos metafóricos e metonímicos que, sob o que chamamos de formação discursiva estética (FDE), funcionam de forma a não recobrir sua natureza equívoca. Desse modo, chegamos à formulação de que a ficção literária está em relação ao que chamamos de realidade, embora de forma *disruptiva*. No presente trabalho, a partir da análise do conto *2035*, de Veronica Stigger, pretendemos fazer avançar essa concepção observando como se dá a relação entre ficção, “realidade” e memória a partir das pistas que Pêcheux nos deixa ao longo de sua obra.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o discurso literário que vimos chamando “estético”, a partir da teorização de Jacques Rancière (2009a; 2009b), dominante na contemporaneidade, não faz uma simples “transposição” da realidade para o texto, tampouco se descola dela, mas tem um funcionamento especular que desfaz as fronteiras entre realidade e ficção a partir de uma certa mobilização da memória discursiva, entendida aqui como em Courtine (2009) em relação à existência histórica dos enunciados, o que implica pensá-la como constitutiva de práticas sociais regidas pelo funcionamento ideológico. Essa memória, segundo o autor, não pode ser pensada sem referência ao repetível, de um lado, e ao esquecimento, de outro.

As narrativas literárias abrigadas sob a designação de distopia parecem-nos materialidades privilegiadas para pensar esse intrincamento contraditório entre memória,

“realidade” e ficção, já que as distopias funcionam em relação mais ou menos explícita com uma dada memória e com a realidade imaginária. O texto *2035*, de Veronica Stigger, escritora, curadora de arte, jornalista e professora universitária, é um conto distópico no qual são mobilizados discursos antagônicos sobre a chamada, pela historiografia oficial, “Revolução Farroupilha”. O conto faz parte da coletânea *O sul*, lançado na Argentina em 2013 e no Brasil em 2016, que foi premiado na categoria *Contos e crônicas* do Prêmio Jabuti de 2017. A autora é conhecida por fazer referência a outras artes em sua obra literária, especialmente aquela fundada por Marcel Duchamp, conhecida pela técnica do *ready-made* (Cf. Stigger, 2020), que desloca os objetos de seu contexto com vistas a fazer emergir novas significações. No caso do conto *2035*, temos um elemento histórico, constituído pela historiografia oficial de forma homogênea e não contraditória, deslocado do passado, que vai incidir no fio do discurso literário, o qual parece restabelecer a contradição constitutiva do acontecimento histórico pela via do absurdo e da violência característicos das distopias.

A análise que se segue toma os conceitos de pré-construído e metáfora, de um lado, e de discurso transversal e metonímia, de outro, articulados à tríade lacaniana do Real, do Simbólico e do Imaginário, tal como funciona em relação com a Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, assim como a noção de memória discursiva e as noções de real da língua, real da história e real do sujeito como conceitos operatórios que, considerada a materialidade discursiva, poderão auxiliar-nos no tratamento do *corpus*.

### **1 Discurso literário, real da língua, real da história e real do sujeito**

A Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux articula, como sabemos, três regiões do saber: o materialismo histórico no que concerne à teoria das ideologias, a linguística como o que suporta a base material sobre a qual o discurso se faz e a própria teoria do discurso. Essa articulação é operada a partir de uma concepção psicanalítica de sujeito. O atravessamento pela Psicanálise não deixa inalterada a relação entre ideologia e discurso e isso se faz, no estado atual da teoria, necessariamente em relação aos registros do Real, do Simbólico e do Imaginário. Antes de passarmos ao exame das noções de real da língua, da história e do sujeito, tão caras à Teoria do Discurso fundada por Michel Pêcheux, faremos um “desvio” pela elaboração da tríade Real-simbólico-imaginário, tal como pensada na psicanálise lacaniana, a fim de compreender como tais conceitos são mobilizados na Análise do Discurso.

Em suas primeiras elaborações acerca da estrutura tripartite Simbólico-Imaginário-Real, Lacan (1953) dá ao Simbólico o lugar determinante. Posteriormente, no entanto, o Real assume esse lugar (Cf. Roudinesco & Plon, 1998). No primeiro momento, temos, Simbólico-Imaginário-Real (SIR) e, após, Real-Simbólico-Imaginário (RSI). Simbólico e Imaginário, então, circundam o Real, esse núcleo duro resistente à simbolização, que, no entanto, determina o sujeito. Concebido como uma *hiância*, a falta originária, é o impossível de ser simbolizado. O Simbólico estrutura-se, pois, em torno dessa hiância, dando a ver suas aparições fugidias sempre parciais. Para Jorge (2011), é o Simbólico que funda a possibilidade de constituição do Imaginário, mediando sua relação com o Real. De um lado, temos, dessa forma, a relação Simbólico-Real, na qual o significante não se encontra “colado” aos sentidos estabilizados, e, de outro, a relação Simbólico-Imaginário, ligada aos sentidos. O Imaginário, em sua relação com o Simbólico, não pode ser compreendido como uma totalidade sem furos e é, portanto, falho. Mesmo sendo responsável pela impressão de unidade subjetiva e pela ilusão de realidade, a ficção do eu forjada pelo Imaginário é atravessada pelo simbólico, que, por sua vez, suporta a emergência fugidia do Real.

O engodo do eu total, sem falhas ou contradições, assim como o seu correlato exterior, a ilusão de realidade, é atravessado pela falta que assinala o lugar do desejo do sujeito. A determinação dupla pela ideologia e pelo inconsciente já intuída por Althusser (1985) e desenvolvida por Pêcheux (1988 [1975]) é, então, operada no nível do Imaginário, no qual é velada, embora não desapareça sem deixar vestígios. Retenhamos, por ora, dessa exposição, que realidade e Real não são a mesma coisa, estando mesmo distantes entre si, na medida em que a realidade é fundamentalmente imaginária, assim como o eu, e que o Real é aquilo que o Imaginário e o Simbólico recobrem.

Leandro-Ferreira (2010) examina, a propósito da noção de sujeito, as interfaces que a AD estabelece com a Linguística, a História – como teoria das formações sociais – e a Psicanálise. Para a autora, o objeto da Teoria do Discurso caracteriza-se por ser um “objeto-fronteira”, concernente não à Linguística, à História ou à Psicanálise – ou mesmo a uma conjunção “interdisciplinar”, mas a esse espaço de entremeio, localizado no limite entre as grandes divisões disciplinares em que se encontra a AD. O discurso, nessa perspectiva, é, a um só tempo, materialidade linguística e materialidade histórica, produzido por um sujeito, estruturado no/pelo simbólico, afetado pelo inconsciente e interpelado ideologicamente. Estruturado, então, no intrincamento entre inconsciente, ideologia e linguagem, o sujeito da

AD só pode ser pensado nessa complexa interface estabelecida na Teoria do Discurso, que se configura, no entanto, como uma “heterogeneidade irreduzível” (PÊCHEUX, 2016 [1980]).

É a partir desse intrincamento, considerando-se a interpelação ideológica e a relação que estabelece com o inconsciente, que Gadet e Pêcheux (2010 [1981]) vão conceber o que chamam de *real da língua* e *real da história*. A fim de teorizar o primeiro, recorrem a Milner (2012 [1978]), que retoma de Lacan o conceito de *alíngua*, ponto de impossível que designa o fato de que tudo não pode ser dito. A *alíngua*, então, designa o ponto de encontro entre língua e inconsciente, a partir do qual há, na língua, pontos de impossível. Para Gadet e Pêcheux (2010 [1981]), esse impossível próprio à *alíngua* é o *real da língua*.

Apesar de aderir à tese de Milner (2012 [1978]) a respeito do real da língua, Gadet e Pêcheux (2010 [1981]), ao considerá-la no âmbito da AD, o colocam em relação estreita com outro real que, segundo os autores, é foracluído na teorização de Milner: o real da história, a contradição. Sem ele, o real da língua fica restrito ao “ponto de poesia”, já que não considera um exterior responsável por afetar sua univocidade. O equívoco, então, nas palavras de Gadet e Pêcheux (2010 [1981]), “aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica), o ponto em que a língua atinge a história” (p. 64).

A esses dois reais, vem juntar-se um terceiro, o real do sujeito. Para Leandro-Ferreira (2010), é possível localizar, nos textos de Pêcheux, os fundamentos da relação com a psicanálise, a qual se centra no sujeito. Para a autora, o sujeito assujeitado da AD encontra, na psicanálise sua característica faltosa, intervalar, já que é constituído entre dois significantes, como seu efeito. Marcado, então, pelo simbólico, o sujeito é constituído por uma falta originária em torno da qual se estrutura o inconsciente e, no mesmo batimento, funda o desejo. É assim que ao impossível como real da língua e à contradição como real da história vem juntar-se o inconsciente como real do sujeito (Cf. Leandro-Ferreira, 2010).

Se, em uma concepção corrente, o discurso literário relaciona-se à constituição de um imaginário, seja ele estético ou social, a partir da AD, concebendo a própria realidade como da ordem do imaginário – a que Pêcheux associa a ficção –, podemos dizer que a literatura que toma o equívoco como um saber situa-se em relação aos três reais tais como pensados por Gadet e Pêcheux (2010 [1981]), Conein et al (2016) e Leandro-Ferreira (2010). Assim consideramos que ao menos uma parcela da literatura produzida na contemporaneidade – já que como campo discursivo é profundamente heterogênea – faz-se a partir da dissimetria que estabelece com o que concebemos como realidade. Essa dissimetria se dá a ver pelos

“tropeços”, falhas mínimas, lapsos, ambiguidades deliberadas ou não, em suma, pela emergência do real da língua, “o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras” (GADET e PÊCHEUX, 2010 [1981]). Esse real da língua, que rege a não coincidência da repetição do significante com o repetível, no entanto, não está jamais dissociado da contradição, real da história, e do funcionamento do inconsciente, real do sujeito. Fora do espaço jurídico, administrativo, econômico e político, o discurso literário, em sua heterogeneidade, não se encontra, de antemão, submetido às coerções da lógica disjuntiva (Cf. Pêcheux, 2015 [1983]), pelo contrário, nutre-se dos “mundos semanticamente normais” e de suas múltiplas “coisas-a-saber” para lhe devolver sua opacidade. Em seu interior, o não logicamente estável deixa de ser defeito para se tornar motor do trabalho literário.

A série de diferentes noções de real que a Análise do Discurso vem reestabelecer frente ao aparato todo poderoso da língua lógica, da história oficial e do sujeito psicológico, próprios ao discursivo de modo geral, é, no uso “comum” da língua, invisível ao sujeito, este que se concebe como autônomo, origem e controlador de suas palavras. A transparência ilusória sobre a qual se erguem os saberes dominantes é, no jogo literário que se estabelece entre texto e leitor, suspensa: nada funciona sob o modo do “ou... ou” e, mesmo, na posição de leitores, procuramos a fuga da norma, o “anormal”, a transgressão que nos são inacessíveis em outros âmbitos. Ora, a adesão do leitor ao desconcerto da leitura (Cf. Birman, 1996), que desarranja ou, mesmo, causa um curto circuito em suas filiações, tem precisamente algo a ver com o desejo, segundo Birman (1996). Trata-se, para o autor, de uma tal movimentação do desejo diante do texto literário que devolve ao sujeito sua dimensão desejante. Se, diante da literatura, o sujeito pode intuir o caráter imaginário da realidade, ou seja, seu caráter heterogêneo e descontínuo, algo se passa também no recobrimento da falta própria ao sujeito.

Assim como o sujeito pode se perceber, na concepção de Birman (1996) como desejante e, portanto, faltoso, diante de um texto literário, o desarranjo nas suas redes de filiações também é capaz de fazer ver a falha própria a todo ritual ideológico (Cf. Pêcheux, 1988 [1978]). É aí precisamente que o inconsciente, real do sujeito, encontra a ideologia, sem com ela se confundir. Assujeitado desde sempre à sua ordem, um texto literário tem a potência de provocar uma *torção*, na língua, pelo impossível de ser dito que, no entanto, faz aparição no fio do discurso literário, no sujeito, porque lhe mostra sua condição faltosa, e na história, pois faz emergir a contradição, que constitui o seu real.

Leandro-Ferreira (2013) traz, da psicanálise, a ideia de *torção*, própria à topologia da fita de *Moebius*, a fim de analisar a relação de proximidade/distanciamento entre a AD, a psicanálise e a arte. Para a autora, é essa noção “que vai indistinguir limites, desfazer o efeito de finitude das fronteiras” (LEANDRO-FERREIRA, 2013, p. 130). A imagem da fita de Möbius é uma superfície bidimensional em que as extremidades estão juntas, o que a faz ser composta por um único lado. Com ela, desfaz-se a distinção entre avesso e direito, resultado da torção operada na junção das extremidades. Vejamos:



Figura 1 - Fonte: <https://diascaes.blogspot.com/2011/08/fita-de-mobius.html> – autoria desconhecida

Para Leandro-Ferreira (2013), tanto o campo da arte, como o do discurso e o da psicanálise trabalham nessa indistinção de limites. Isso pode ser pensado, também, é o que faz a autora, para descrever a relação língua-equívoco, assim como sujeito-inconsciente e, acrescentamos, a díade história-contradição. Apesar de não mencionar essa última, chama-nos atenção o fato de convocar a noção de memória. Em suas palavras: “É a torção da linguagem que produz o equívoco, é a torção do sujeito que faz irromper o inconsciente e é a torção da memória que faz com que ao ser acionada outros sentidos sejam esquecidos e sejam esquecidos para que outros sejam lembrados” (LEANDRO-FERREIRA, 2013, p. 130).

Essa torção, que coloca em continuidade o possível e o impossível da língua, o sujeito e o inconsciente, a história e a contradição, é operada, no entanto, diferentemente na AD, na psicanálise e na arte. A psicanálise opera na relação entre o sujeito e seu real, assim como entre a língua e a *alíngua*; já a análise do discurso, além dessas, opera, a partir do campo do materialismo histórico, a torção que indistingue a história, a ideologia e seu real contraditório. Já a arte, defendemos, opera as mesmas torções que a AD, embora não mais sobre o fundo epistemológico da ciência e da filosofia, mas sob o paradigma *discursivo-estético*, segundo o qual o equívoco, além de figurar como o real da produção significativa sempre solapado pelas ilusões que caracterizam o assujeitamento ideológico, a ilusão de transparência da língua e a ilusão de autonomia do sujeito, no ponto de encontro entre o impossível e a contradição, é o princípio que rege a produção de saberes discursivo-estéticos.

A partir disso, podemos pensar o discurso literário –parte do campo das artes –, como aquele que, a partir da língua e da *alíngua*, ou seja, de seu real, coloca em relação o impossível próprio à linguagem, a contradição própria à história, assim como a falha ideológica, e o real do sujeito caracterizado pela existência do inconsciente. A esse funcionamento que convoca o equívoco, o absurdo e o *nonsense* como *formas* de significar, chamaremos *torção discursivo-literária*. Esta, trabalhando explicitamente o fato *estrutural* do equívoco, produzirá, como veremos, efeitos heterogêneos entre si, mas que guardam em comum a potência disruptiva da transformação.

Aqui cabe um comentário: optamos por falar em “potência” pois consideramos perigosa a generalização a respeito d’”O” discurso literário como se fosse um mecanismo abstrato e não como produção material dependente, como tal, de determinadas condições de produção e circulação. Além disso, concordamos com Lara (2016), para quem o discurso artístico, apesar de tender para a polissemia, é, também, suscetível de funcionar no eixo parafrástico, embora, via de regra, estabeleça com ele uma tensão. Essa tensão deriva, pensamos, do trabalho sobre a *alíngua*, já que, como apontamos anteriormente, a repetição, aí, não funciona alinhada ao repetível. De toda forma, não defendemos, neste trabalho, que todo texto literário produz ruptura, mas que, por sua dissociação com os mundos semanticamente normais, tem a potência de transformação. Como isso vai se realizar (ou não) é estritamente dependente das condições de produção e circulação – o que engloba aqui o novo “acontecimento” que configura a leitura, nos termos de Birman (1996) – e do trabalho significante material que daí decorre.

## 2 Memória, atualidade e antecipação

Tomemos o conto *2035*, de Verônica Stigger, como objeto de análise a fim de fazer avançar nossa proposta teórica. Esse conto, publicado no livro *O sul* (2016), traz a uma cena distópica uma alusão às tradicionais comemorações do aniversário da chamada “Revolução Farroupilha”<sup>2</sup> em 20 de setembro no estado do Rio Grande do Sul. Sem nomear a revolta, a narrativa se constrói de forma a ser lida tanto como uma referência ao tradicionalismo gaúcho,

---

<sup>2</sup> Para Hendges (2022), o termo “Revolução” é inadequado para designar a guerra que aconteceu entre 1835 e 1845 no Rio Grande do Sul, então Província de São Pedro, pois o conceito de “Revolução” pressupõe a derrocada das instituições e do sistema econômico vigentes, o que não aconteceu na “revolta” Farroupilha, já que o sistema senhorial, escravocrata e latifundiário se manteve o mesmo, apesar do rompimento com o regime monárquico vigente no Brasil à época. Essa distinção operada pela autora entre revolta e revolução, apesar de não se inscrever na Análise do Discurso, encontra eco na teorização de Pêcheux (1988 [1975]), para quem a revolução corresponderia a um rompimento radical com a forma-sujeito – no processo de desidentificação – enquanto a revolta estaria associada a um processo de deslocamento de uma formação discursiva a outra – a contraidentificação.

quanto como algo mais geral concebível no absurdo assombroso característico da distopia (Cf. Hilário, 2013).

No conto, Constância é uma menina de dez anos que, sem que a família saiba, é a “principal atração” das “grandes comemorações”. No dia marcado, dois oficiais do governo, acompanhados de um civil a puxar um riquixá<sup>3</sup>, vão buscá-la no apartamento em que vive isolada com os pais. A menina, então, sai à rua pela primeira vez na vida para ser conduzida até o parque no qual se darão os festejos. No caminho, o cenário é desolador: prédios altamente protegidos por grades e cadeados, mais parecidos com jaulas, cobertos por fuligem e com vidros quebrados, poeira, lixo e excrementos nas ruas, pessoas dormindo em bancos de praças, catando lixo, parques abandonados... Em contraste, quando chega ao parque, depara-se com prédios monumentais todos envidraçados, brinquedos, enfeites e mesas, embora estranhamente vazias. Lá, a menina é preparada por mulheres: banhada, limpa, vestida, tem seus cabelos penteados e cortados. Após, sai do prédio e é carregada por civis em um andor pelo parque. No centro deste, é deitada em uma grande almofada azul, amarrada pelos quatro membros e puxada em direções opostas por homens montados em cavalos. Constância se despedaça e seus restos mortais jazem na almofada azul bordada com estrelas cintilantes.

Vários elementos captam nosso olhar de analista no texto pelo estranhamento, que, conforme Ernst (2009), é um dos três conceitos operatórios que podem auxiliar no recorte do *corpus* discursivo. Logo no princípio, a narrativa apresenta dois oficiais vestidos com roupas cinza-chumbo, munidos de “dois facões, um pé de cabra e um civil” (STIGGER, 2016, p. 13). Se as vestimentas cinza-chumbo remetem a um dos uniformes militares festivos na era Vargas (BRASIL, 1951) – o que se relaciona diretamente com as comemorações de que tomará parte aquela que eles têm por função “conduzir” –, as armas brancas causam estranhamento quando utilizadas por representantes do aparelho repressivo de Estado (Cf. Althusser, 1985).

Esse estranhamento, para Ernst, (2009) é sempre derivado de elementos do interdiscurso que incidem na cadeia significante por via de uma discrepância em relação aos sentidos mobilizados pelo dito, ou seja, a partir de elementos pré-construídos. Nesse caso, há a mobilização da memória discursiva em torno do par “civil”/“militar”. Se remetemos ao senso comum e à gramática normativa, “civil” é um subjetivo/adjetivo referente a tudo que concerne ao “cidadão”, aos seus direitos como “indivíduo”, tal como se especificam na formação social capitalista, o que corresponde, já no interior da AD, ao sujeito-de-direito,

---

<sup>3</sup> Veículo de tração humana semelhante às carroças comuns no Rio Grande do Sul.

forma-sujeito, segundo Orlandi (2015), característica da modernidade<sup>4</sup>. Para a autora, diferentemente da forma-sujeito religioso, dominante no medievo, a forma-sujeito-de-direito especifica-se por dotar o sujeito de liberdade, ao mesmo tempo em que se submete sem falhas, ou seja, é a própria forma contemporânea do assujeitamento ideológico, que constitui o sujeito como livremente submetido à ideologia (Cf. Althusser, 1985). Já “militar” remete aos sujeitos revestidos pelo Estado de autoridade repressiva e a tudo que compõe o aparelho repressivo do Estado. Uma das características desse aparelho é a permissão – e necessidade – do uso ostensivo de armas de fogo, coisa que, via de regra, é fortemente regradada e limitada em relação aos “cidadãos”, aos “civis”.

Temos, então, duas designações concernentes a uma oposição típica dos aparelhos de Estado da formação social capitalista: de um lado, o civil, de outro, os militares. Se, dos militares, é esperado o uso ostensivo de armas de fogo, aos civis são no máximo permitidas as chamadas “armas brancas”, desde que seu uso não seja efetivado em atos ilegais determinados pela lei própria à formação social capitalista. Ora, no conto de Stigger (2016), são os militares que fazem uso de armas brancas, enquanto o civil, destituído de quaisquer armas, puxa um riquixá, coisa que, na contemporaneidade, é, via de regra, realizada por animais de grande porte. O conto, como sabemos pelo título, tem por presente o ano de 2035, produzindo um *efeito de antecipação* (Cf. Courtine, 2009) em relação à atualidade exterior ao texto literário. Tudo se passa como se, no futuro próximo, a organização social fosse distinta da organização atual.

Hilário (2013) define a narrativa distópica, em consonância com a Teoria Crítica desenvolvida pela primeira geração da Escola de Frankfurt, como uma ferramenta radical de análise da modernidade, pois exagera as tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade. Segundo o autor, caracteriza-se por ser antiautoritária, insubmissa e crítica. Para situar essa discussão no âmbito da Análise do Discurso, precisamos recorrer à noção de *memória discursiva*. Para Courtine (2009), a noção de memória discursiva não pode ser definida em relação ao tempo cronológico, tampouco pode ser tomada como homogênea. Segundo o autor, a “noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos”

---

<sup>4</sup> A noção de modernidade é, ainda, motivo de controvérsias, dado que alguns autores consideram que deu lugar a outra forma de organização. É o caso de Lyotard (2009), Hall (2006) e Jameson (1997), que defendem estarmos vivendo, desde meados do século XX, na pós-modernidade, embora a definição do termo seja diferente para cada autor. Já outros teóricos, como Lipovetsky (2004) acreditam que a contemporaneidade caracteriza-se por uma exacerbação das características da modernidade. Não entraremos, no entanto, na discussão a respeito do tema, optando por utilizar o termo tal como Orlandi (2015).

(COURTINE, 2009, p. 105-06), o que nos leva a associar o conceito de memória à contradição, dada sua relação com a história e com a luta de classes, cujo cenário são os aparelhos ideológicos de Estado. Assim, a memória discursiva é estreitamente dependente da repetição histórica dos enunciados que lhe dão consistência, ou, por outro lado, os refutam ou denegam. Para Indursky (2011), diferentemente do interdiscurso – que é saturado e sem lacunas –, a memória discursiva diz respeito aos enunciados cuja existência se dá no interior de formações discursivas, o que implica que nem todos os sentidos são por ela autorizados. Essa constituição tem como consequência o fato de que há, também, na memória, esquecimento. A memória discursiva é, por isso, atravessada por falhas, lacunas, que só podem ser determinadas a partir da consideração de uma dada formulação em referência às suas condições de produção. Nas palavras de Pêcheux (2015 [1985]):

(...) a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que uma leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (p. 46).

O interdiscurso, apesar de distinto da memória discursiva, só funciona de forma regionalizada, ou seja, inscrito em formações discursivas. A determinação dos elementos do interdiscurso que incidem na cadeia significativa só poderá ser feita por meio da memória discursiva. É somente por ela, considerando o discurso efetivamente produzido, que teremos acesso aos enunciados do todo complexo com dominante que configura o interdiscurso. Entretanto, a inscrição desses elementos em uma formação discursiva não é estável, mas sempre móvel. Para Indursky (2011), elementos que circulavam, em um dado estado das condições de produção, em uma FD podem ser “esquecidos”, enquanto outros, que eram interditados, podem voltar a circular. Dessa forma, a memória discursiva não coincide com a memória histórica, associada à historiografia oficial, tomada como homogênea e sem falhas. A memória histórica é constituída de forma intimamente relacionada à luta de classes e, como tal, resulta de uma disputa dissimétrica entre as classes em luta.

Courtine (2009) define três domínios em que se dá a análise das sequências que configuram o *corpus* discursivo: o domínio de memória, o domínio de atualidade e o domínio de antecipação. É o domínio de memória que permite ao analista aproximar os processos discursivos de produção de sentidos que regulam a relação entre pré-construídos e discursos transversos. Já o domínio de atualidade designa o conjunto de sequências que coexistem com as sequências analisadas numa dada conjuntura histórica. Por fim, o domínio de antecipação

diz respeito às sequências que serão produzidas depois da sequência analisada e que são, de alguma maneira, levadas em conta no dito.

Apesar de referirem-se ao discurso político e, mais especificamente, ao momento de montagem de um *corpus* discursivo, as formulações de Courtine (2009) nos parecem pertinentes à nossa análise, em especial para pensar o discurso literário distópico. Diremos, a partir do que precede, que o discurso literário distópico *antecipa* de forma absurda, considerando-se sua *potência equívoca*, o resultado das condições de produção contemporâneas, considerando uma dada memória discursiva. Assim, o conto de Stigger, mobilizando a memória histórica – dominante – sobre a revolução farroupilha, produz sentidos outros a respeito do futuro que, não obstante, é o tempo cronológico em que se situa a narrativa. É assim que convoca os sentidos da oposição civil/militar e produz um estranhamento em relação à realidade ilusória da atualidade.

No entanto, a oposição dissimétrica entre civis e militares funciona diferentemente em relação aos saberes próprios à memória oficial da revolta farroupilha, em relação à atualidade exterior ao texto e em relação ao futuro absurdo que este simula. A memória oficial da revolta farroupilha, que apara as contradições próprias de sua atualidade, inscrita no que Petri (2009) chama de formação discursiva do gaúcho, impõe sentidos a partir dos quais os autodesignados “revolucionários” constroem-se como heróis; civis-militares sem relação com o governo imperial que lutam, entre outras coisas, pela abolição da escravatura. Aqui, então, temos o desfazimento da oposição civil/militar que, na paisagem bélica, não funciona. Na atualidade do conto, no entanto, a oposição civil/militar é reestabelecida, de forma a funcionar *contraditoriamente* em relação à realidade ilusória homogeneizante que atribui ao aparelho repressivo de Estado o uso ostensivo de armas de fogo. O futuro narrativo, assim, apresenta-se de forma heterogênea em relação à atualidade literária.

Observemos que, em um conto contemporâneo, sentidos apagados após a homogeneização heroicizante das imagens contraditórias do *gaucho*<sup>5</sup> cisplatino e do revolucionário farroupilha irrompem no fio do discurso de forma a desarranjar as discursividades dominantes pela via da contradição. Essa evocação do *gaucho* se dá de forma lateral, não como uma exterioridade anterior, mas como um elemento interior ao discurso,

---

<sup>5</sup> À época da revolta farroupilha, a designação *gaucho* estava, segundo Zalla e Menegat (2011), colada à imagem do fora-da-lei cisplatino, funcionando até mesmo de forma antagônica aos designados farroupilhas, cuja construção discursiva tendia para a imagem do herói capaz de livrar a província de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul) da dependência do Império. Mesmo a imagem do farroupilha, para Zalla e Menegat (2011), não era construída de maneira homogênea, já que, na situação de guerra, colocavam-se também em relação antagônica com os chamados legalistas.

articulado ao texto literário, o que se especifica pelo funcionamento da memória enquanto *discurso transverso* (Cf. Pêcheux, 1988 [1975]). O discurso transverso é uma das duas modalidades do interdiscurso, aquela que dá consistência ao intradiscurso. Pêcheux (1988 [1975]) atribui a esse processo um funcionamento metonímico de articulação, responsável por linearizar significantes em uma cadeia coerente a partir de relações de contiguidade. Nesse caso, a evocação lateral da contradição, apagada no discurso contemporâneo sobre o gaúcho, irrompe na cadeia significante, imprimindo ao herói (civil-militar) farroupilha uma imagem ambivalente.

A memória da chamada “Revolução Farroupilha” é disputada discursiva e ideologicamente. A narrativa oficial na contemporaneidade<sup>6</sup> apaga as contradições que vigoraram no período em que se deu a revolta (1935 – 1945). À época, mesmo os autoidentificados farrapos encontravam-se divididos, dada a heterogeneidade de sua constituição (ZALLA e MENEGAT, 2011). De um lado, estavam os latifundiários revoltados contra a quantidade de impostos devidos ao Império pela atividade pecuária; de outro, o restante da população que se envolveu na revolta, tal como os negros escravizados atraídos pela promessa de liberdade. Foram, segundo Hendges (2022), em torno de três mil mortos nos dez anos de guerra, sendo que 80% eram pessoas escravizadas<sup>7</sup>. Durante todo o período, segundo a mesma autora, houve negociações entre os líderes farroupilha e o Império. Após a “derrota” dos farrapos, vigorou um desconforto em torno da memória sobre a revolta. Foi somente no final do século XIX e início do século XX que esta se tornou central na construção tanto de uma identidade regional<sup>8</sup>, quanto de um projeto republicano.

---

<sup>6</sup> Segundo Zalla e Menegat (2011), os sentidos da revolta já eram disputados no interior do próprio movimento. Imediatamente após a derrota dos farrapos, os sentidos em torno da revolta foram silenciados, persistindo como uma “memória subterrânea” (Cf. Zalla e Menegat, 2011) de caráter negativo na qual a tentativa de impor uma identidade regional frente ao império foi significada de forma pejorativa. No final do século XIX, houve um resgate dessa memória que, situada em novas condições de produção, associadas ao discurso republicano, foi ressignificada como algo positivo. A imagem dos farrapos foi, então, homogeneizada nos ideais do republicanismo e da descentralização do Estado. Nessas condições de produção, a memória sobre a revolta foi discursivamente produzida em torno das causas republicana e abolicionista, em contradição ao preconizado na época da guerra, em que o abolicionismo não figurava, segundo Hendges (2022), entre as pautas dos autodenominados revolucionários. Somente mais tarde, à época das comemorações de seu centenário e da criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, durante o governo Vargas, que a guerra dos farrapos foi integrada ao discurso oficial com uma aparente homogeneidade, silenciadas suas contradições, na construção de uma memória pública de protagonismo político do Estado.

<sup>7</sup> A maior parte dessas pessoas foi morta no hoje chamado “Massacre de Porongos”, que ocorreu em Pinheiro Machado em 1844. Segundo Hendges (2022), o corpo de lanceiros negros e a infantaria – de maioria negra – foram atacados e dizimados por tropas do Império com a anuência de líderes do movimento farroupilha. Os sobreviventes foram entregues ao Império na condição de escravizados.

<sup>8</sup> Para Zalla e Mengat (2011), a Revolução Farroupilha funciona como um mito fundador da identidade regional do Rio Grande do Sul e, como tal, como matriz para o político, o historiográfico, o artístico e o identitário.

Petri (2009), ao estudar as representações do gaúcho no discurso literário sul-riograndense, configura o que chama de Formação Discursiva do Gaúcho. Nela, dada sua heterogeneidade, figuram posições de sujeito divergentes. A da literatura estudada pela autora diverge da forma-sujeito, que pode ser especificada pelos saberes próprios ao movimento tradicionalista gaúcho (MTG), a partir de cuja fundação o imaginário do gauchismo passa a tomar proporções épicas (Cf. Zalla e Menegat, 2011) e religiosas – segundo Aquino (2022), o movimento tradicionalista, via Centros Tradicionalistas Gaúchos (CTGs), adquire uma dimensão de “culto” a uma imagem forjada do gaúcho. Essa configuração é chamada por Zalla e Menegat (2011) de “projeto de invenção de tradições”.

Se o imaginário do gaúcho, antes de ser apropriado pelas discursividades republicanas e, posteriormente, pelo MTG, guardava a contradição entre a imagem do farrapo – branco, latifundiário da elite estancieira e militar, dirigente intelectual – e a imagem do *gaúcho* pampeano – saqueador, violador, perigoso –, agora, no que Petri (2009) chama de FD do Gaúcho, ao menos no que concerne à sua forma-sujeito<sup>9</sup>, de maneira homogênea, relacionado à moral tradicionalista. Essa dominância guarda, também, estreita relação com o imaginário separatista que tem sido difundido no sul do Brasil desde os anos 1990. Para as analistas de discurso Lima e Vinhas (2018), esse imaginário forjado historicamente figura como posição dominante, embora os sentidos do sulismo encontrem-se em disputa. As redes de memória estabilizadas em torno do gauchismo sofrem, contemporaneamente, um abalo que desestrutura os sentidos mobilizados. Um dos saberes contraditórios que sustentam esse abalo na luta dissimétrica pelos sentidos pode ser localizado em discursos de posse de vereadores porto-alegrenses do Partido Socialismo e Liberdade em janeiro de 2021, na qual se negaram a cantar o Hino-Sul-Riograndense por considerarem o verso “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo” racista. A posição que sustenta esses saberes, embora não seja dominante, tem feito emergir a memória, silenciada até pouco tempo, sobre a condição de sujeitos escravizados na revolta.

A narrativa de Stigger (2016) insere-se materialmente nessa disputa pela via da divergência. A miséria e o cárcere a que estão submetidos Constância e seus pais, a semelhança dos prédios residenciais a jaulas, assim como o civil escravizado e os anônimos que circulam pelas ruas pegando lixo em sacos coloridos de verde, vermelho e amarelo<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> As representações analisadas por Petri (2009) diferem daquela dominante, já que a autora concebe a literatura a partir de uma alteração nas condições de produção daquilo que a ficção representa, o que promove um deslocamento de sentidos no âmbito ficcional.

<sup>10</sup> São as cores da bandeira oficial do Rio Grande do Sul.

contrastam com a soberba dos oficiais, com a monumentalidade dos prédios em torno da praça em que se darão as grandes comemorações, os fogos de artifício também nas cores verde, vermelho e amarelo, a pompa ritualística da preparação de constância e com a cerimônia de que Constância é parte, a “atração principal”.

A literatura que se filia à formação discursiva estética tem em sua forma-sujeito saberes que remetem ao questionamento das evidências – imaginárias – e conseqüentemente ao reconhecimento do equívoco que daí decorre. Esse reconhecimento deriva na instabilidade dos sentidos que, fixados imaginariamente na memória oficial e no que chamamos “realidade”, tomam, na literatura, seu caráter *real*, ou seja, sua dependência em relação ao significante e à ideologia, seu caráter sempre fluido que, segundo Dor (1989), está sempre prestes a se desfazer. Daí a metonímia e o outro, segundo Lacan (1999 [1956-57]), processo criador do significante – a metáfora –, assumirem um lugar central na criação literária – esta que tem como matéria-prima o simbólico –, já que são aquilo que, ao mesmo tempo, fundam e dão consistência à lógica do significante. O sentido contraditório que os militares com armas brancas assumem no conto de Stigger (2016) só pode ser apreendido do encadeamento metonímico que o texto cria, como veremos.

Na passagem – metafórica – dos saberes próprios à FD do gaúcho para a FD estética, o processo metonímico que lineariza esses saberes na cadeia significante, ao invés de produzir a estabilização da memória desarranjada pelo processo metafórico, dá seguimento a essa desestabilização, pois expõe a contradição, real da história, levando-a ao extremo absurdo da distopia. Esse processo que podemos dizer *propriamente estético* eleva o equívoco a que todo discurso está submetido à condição de saber, ou seja, não figura somente como algo constitutivo da língua que é mascarado no discurso, mas como um elemento organizador do discurso que estabelece a polissemia como modo primeiro de funcionamento.

Esse estranhamento se desdobra no texto de diversas formas. No mesmo trecho, ele decorre do fato de que um “civil” figura, na cadeia significante, *articulado* às armas. Algo, aqui, não corresponde ao modelo militar atual. Esse alinhamento de um ser humano – o “civil” – às armas, ou seja, a objetos inanimados, é reiterado na sequência:

Às cinco e meia da manhã, *um dos oficiais estacionou o civil e seu riquixá* num canto da calçada bem ao lado de uma antiga lixeira de metal, enquanto *o outro, com o pé de cabra, forçava o primeiro portão de aço* que dava acesso ao pátio de entrada do edifício de Constância (STIGGER, 2016, p. 13, grifos nossos).

Neste trecho, “civil” e “riquixá” encontram-se em uma estranha relação de *contigüidade*, ou seja, articulados na linearidade significante em um encadeamento tal que o

utilizador do objeto riquixá – o “civil” – é tomado também como objeto. Trata-se de um processo metonímico que lineariza dois elementos heterogêneos entre si, fazendo com que parte de seus significados coincidam: “civil” e “riquixá”, assim como “facão” e “pé de cabra” então, compartilham a mesma função, nesse caso, de instrumento. De um lado, instrumentos de locomoção, de outro, armas; em todo caso, instrumentos à disposição dos oficiais. Entretanto, a forma como o sentido de “instrumento” fixa-se a “civil” advém do *nonsense*, o que remete também a um processo metafórico, no qual um novo sentido é fixado ao significante no que Lacan (1999 [1956-57]) chama de ponto de basta<sup>11</sup>. Esse processo metafórico é próprio, como veremos na próxima seção, do encaixe que configura o pré-construído.

### 3 A incidência do interdiscurso no texto de ficção

Pêcheux (1988 [1975]) relaciona os conceitos de metáfora e metonímia, respectivamente, às duas modalidades de incidência do interdiscurso na cadeia significante, o pré-construído e o discurso transversal. Para o autor, o pré-construído especifica-se por ser um elemento exterior e anterior ao intradiscurso que nele incide de modo a estabelecer uma relação de discrepância entre duas formações discursivas. Esse elemento discrepante funciona, no discurso do sujeito, como o “impensado de seu pensamento”. O saber exterior que constitui o pré-construído e o jogo metafórico que lhe é correspondente incide na formação dos enunciados como processo não subjetivo no qual se dá a constituição do sujeito, ou seja, o processo de identificação/interpelação ideológica que, ao mesmo tempo em que funda o sujeito, dissimula o seu mecanismo sob a aparência da autonomia. Daí dizermos em AD que sujeito e sentido são contemporâneos. A incidência do pré-construído, elemento exterior e anterior, no dito captura o sujeito em seu funcionamento ao mesmo tempo em que opera um deslocamento no sentido.

Já a articulação, operada pelo discurso transversal, funciona como uma espécie de “retorno do saber no pensamento”, por meio do qual os elementos exteriores são sintagmatizados em enunciados, engendrando, assim, o “texto”, a discursividade (PÊCHEUX, 1988 [1975]). Esse processo de sustentação, designado por Pêcheux, a partir de Lacan, como metonímico, dá o suporte para as tomadas de posição do sujeito e, ao mesmo tempo, é o que garante o fio do discurso como discurso coerente de um sujeito. Se o pré-construído e a metáfora funcionam como “matéria-prima” da constituição subjetiva, o discurso transversal e

---

<sup>11</sup> Também traduzido no Brasil como “ponto de estofo”.

a metonímia atravessam o discurso e, dessa forma, conectam os elementos pré-construídos na formação discursiva a que se filia o sujeito (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 166).

Para Lacan (1999 [1956-57]), a metáfora e a metonímia constituem-se como as funções criadoras que o significante exerce sobre o significado. A metáfora, considerando-se a primazia do significante, funciona a partir da possibilidade de substituição entre significantes, substituição essa que nos mostra não existir o sentido literal, mas apenas aquele instituído a partir desse deslizamento sem origem entre significantes. A metáfora, para Lacan, retomado por Pêcheux (1988 [1975]), se localiza lá onde o sentido se forja no *nonsense*. É o ponto de basta/estofa (Cf. Lacan, 1999 [1956-57]) que “fixa” o sentido em uma palavra, uma expressão ou uma proposição. À elaboração lacaniana, Pêcheux acrescenta que essa “transferência” não é determinada pelos elementos lógicos da língua, mas pelas relações entre as formações discursivas que fixam esses pontos em que um significante passa a ser dotado de um sentido e não de outro(s). Nas palavras de Pêcheux:

(...) o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que “se revestem de um sentido”, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua (por exemplo, ligações “linguísticas” entre sintaxe e léxico); isso seria justamente admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm primeiramente *sentido* ou *sentidos*, antes de ter *um* sentido. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 262-63).

A metáfora é, então, considerando-se o encontro entre a contradição histórica e o impossível da língua, o mecanismo que dota de sentido as palavras, expressões e proposições, na medida em que opera determinada pelo interdiscurso, mais precisamente por regiões do interdiscurso em que se inscrevem as redes de memória, já que ele não funciona jamais em sua totalidade. Como pré-construído, a metáfora funciona como uma exterioridade-anterioridade que incide no dito e perturba, por seu caráter absurdo, o discurso do sujeito. A modalidade do interdiscurso que articula os pré-construídos na cadeia significante, dando-lhe consistência, ou seja, o discurso transversal, é o que opera a estabilização dos elementos exteriores no interior de uma rede de enunciados por relações “co-referenciais”. Em outro texto, Pêcheux (2011 [1984]) trata justamente a metáfora como uma perturbação, seja sob a forma do lapso, do ato falho ou do efeito poético etc., e a metonímia, como uma espécie de tratamento dessa perturbação, cuja função estaria em

reconstituir as condições de aparecimento da metáfora a fim de que *faça sentido* no interior da formação discursiva a partir da qual é enunciada.

Assim, podemos dizer que, no texto de Stigger (2016), o aparecimento de “civil” linearizado contiguamente a instrumentos, sejam armas ou instrumentos de locomoção, figura como uma perturbação, como algo absurdo, não inteligível na rede de memória da qual parte. Essa perturbação metafórica, esse pré-construído advindo de uma região específica do interdiscurso, que, podemos adiantar, não comporta a noção de “civil” como “objeto” ou como “instrumento”, ao ser transferida para a formação discursiva estética, é linearizada, articulada em enunciados mais ou menos inteligíveis, que integram o elemento discrepante em um discurso coerente, embora mantendo o estranhamento. É nesse ponto que o trabalho estético, ao invés de estabilizar os sentidos pela metonímia, devolve a estranheza que gera à formação discursiva em que se insere o enunciado, nesse caso, a formação discursiva do gaúcho, tal como a pensou Petri (2009), trabalhando sobre a sua forma sujeito, ou seja, sobre os saberes que erguem a “Revolução” farroupilha como saber fundador do tradicionalismo gaúcho.

O sentido “novo” para “civil”, então, fundado na relação de contiguidade metonímica que se estabelece no discurso literário, retorna sobre a FD do gaúcho como metáfora, ou seja, como elemento discrepante e sem sentido que perturba sua rede de discursividades. Nesse caso, ao colocar “civil” lado a lado com armas e instrumentos de locomoção, há, num primeiro momento, a perturbação referente à ausência de sentido superficial e, após, na tentativa de tratamento dessa perturbação, o estabelecimento de relação, por contiguidade, com os sentidos atribuídos à escravidão e ao trabalho escravo, sentidos esses muito próximos da contradição engendrada discursivamente na memória sobre a “Revolução” farroupilha.

Se remetermos àquilo que chamamos de “realidade” e à dominância ideológica do modo de produção capitalista, o que se desdobra em relações de produção capitalistas e, conseqüentemente, na existência da forma-sujeito jurídico (Cf. Pêcheux, 1988 [1975]), chegamos à ideia de que a interpelação ideológica, na formação social capitalista se dá, como já dissemos, sob a forma da *autonomia*. A identificação operada a partir daí reveste-se de *liberdade* (Cf. Orlandi, 2015). Em condições de produção tais que sentidos em torno de “liberdade”, ainda que existam sob a forma da “livre submissão” (Cf. Pêcheux, 1988 [1975]) – o que é inacessível ao sujeito –, apagam os sentidos referentes à “escravidão”, um discurso que lineariza pessoas “civis” a instrumentos só pode se insurgir como absurdo. No entanto, esse absurdo permanece como o não-dito, como o interdito da FD do gaúcho.

No caso do texto de Stigger (2016), há um referencial bastante localizável na historiografia oficial, a revolta dos farrapos, que aconteceu no início do século XIX, momento no qual a escravidão participava *oficialmente* do modo de produção capitalista no Brasil. Se grifamos *oficialmente* é porque não é incomum a utilização de trabalho escravo ou análogo à escravidão na contemporaneidade<sup>12</sup>. Mesmo as relações de trabalho estabelecidas a partir da lei, principalmente após a reforma trabalhista de 2017 que, entre outras coisas, passou a permitir a negociação de questões até então inegociáveis entre patrões e empregados, podem, em casos extremos, serem consideradas análogas à escravidão.

O regime escravocrata é, na formação social capitalista contemporânea, algo que só pode ser dito como elemento histórico localizado no passado, sem que possa atualizar-se no presente. Sobre a escravidão no presente há um interdito, tudo se passa como se não existisse trabalho escravo. É, portanto, algo que não pode ser dito na “democracia” capitalista, mas que existe produzindo efeitos. O que o “civil” faz reverberar, no texto de Stigger, é o censurado, o silenciado, o que não pode ser dito no âmbito das discursividades que tomam a “democracia” como um signo. O “civil” é, então, instrumento de trabalho, como os negros o eram durante a “Revolução” Farroupilha.

O mal-estar que decorre da evocação da escravidão como um elemento relativo à atualidade desconcerta o leitor, como afirma Birman (1996) a respeito da leitura de um texto literário, o que suspende os sentidos advindos de suas filiações a determinadas formações discursivas. O que a referência incômoda à escravidão não mais relacionada ao passado, mas ao futuro (quase imediato), faz é restituir uma rede de memória historicamente determinada que ressoam na contemporaneidade pelo não-dito. O conto de Stigger restitui a esse “furo” nas redes de significações da contemporaneidade seu caráter abismal. Pela via do simbólico, o imaginário é estilizado para dar lugar a outra coisa, em suma, ao real, nesse caso, à contradição como real da história.

#### **4 Memória: história e (é) ficção**

O cruzamento entre literatura e história põe em causa a noção de ficção, muito cara a Pêcheux no desenvolvimento da noção de sujeito. Para o autor (1988 [1975]), na ficção, pré-construído e discurso transversal podem ser confundidos ao ponto de desfazer-se a

---

<sup>12</sup> Uma rápida busca na Internet mostrará centenas de resultados sobre flagrantes de trabalho escravo ou análogo à escravidão no Brasil contemporâneo. Existe até mesmo um documento que norteia o acolhimento às vítimas no Distrito Federal. Veja-se: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/trabalho-escravo-documento-norteador-sobre-acolhimento/>, consulta em 26 de agosto de 2022.

fronteira entre as duas modalidades do interdiscurso. É o que chama de fenômeno de simulação-presentificação, o qual anula a demarcação entre uma evocação lateral (discurso transversal/metonímia) e a evidência de um elemento anterior (pré-construído/metáfora). Da ficção, segundo Pêcheux, não participam somente a literatura e outras formas de pensamento criador, mas também a reportagem, a política e a história (Cf. Pêcheux (2011 [1984])). A identificação subjetiva ocorre de forma a instituir, para o sujeito, sua unicidade imaginária ao mesmo tempo em que o produz, como já dissemos, como causa de si – o que Pêcheux (1988 [1975]) denomina “efeito Münchhausen”. Desse efeito deriva diretamente a relação do sujeito com a realidade, a qual “espelha” a identificação imaginária e inacessível do sujeito a uma dada rede de sentidos, caracterizando-se. Nessa conjuntura, só podemos pensar tudo que é atravessado pelo discursivo como constituído imaginariamente. É também o caso da História – entendida como narrativa oficial da história –, a qual é construída como uma ficção empenhada em construir a “referência” (PÊCHEUX, 2011 [1984]). Se admitimos em AD que todo discurso é dotado de historicidade, inscrita no dizer, a historiografia oficial, no entanto, trata-se de *outra coisa*, atravessada que é pelo imaginário que, como tal, é alinhado ao dominante da formação social. Essa distinção importa, no presente trabalho, na medida em que o texto de Stigger (2016) mobiliza um acontecimento inscrito na historiografia oficial como uma “revolução”.

A distopia parece funcionar discursivamente como um deslocamento do que chamamos de realidade. Elementos da realidade são tirados de seu lugar e, por isso, geram estranhamento. Esse estranhamento é multiplicado a partir de elementos que, retirados da realidade, são levados ao extremo e, aos olhos do leitor, sujeito também da/à formação social, parecem assombrosos, justamente porque não estão tão distantes como pensamos conscientemente estarem. No processo de produção de sentidos literários próprios ao conto, refere-se a algo que, presente na realidade, é apagado. É o caso do trabalho escravo que nos causa espanto e desconforto quando posto a nu na ficção, embora povoe o noticiário, com o qual pouco nos chocamos. Some-se a isso o censurado na historiografia oficial acerca da relação entre os farroupilhas e as pessoas escravizadas, as quais foram a maior parte das vítimas do massacre de Porongos (Cf. Hendges, 2022). Se, na historiografia oficial, forjada a partir do movimento republicano do final do século XIX, o que se institui como saber é a imagem homogênea da revolta como revolução abolicionista e separatista e, também, a imagem do gaúcho como herói, o que temos no conto em análise é a contradição funcionando *contra* o apagamento de sentidos. Por outro lado, acontecimentos recentes, entre os quais está

a publicação do conto de Veronica Stigger, tentam desmontar essa imagem revolucionária e restituir seu caráter contraditório em uma disputa pelos sentidos do gauchismo. No momento, segundo Hendges (2022), o Massacre de Porongos está em processo de tombamento como patrimônio imaterial do Estado, o que serve de sustentação, segundo a autora, para a configuração de uma identidade negra no Rio Grande do Sul.

A série de contradições e equívocos sustentada pelo jogo do par civil/militar dá consistência, no fio do discurso, ao ápice violento do texto: a menina Constância é morta ritualisticamente, embora não se saiba, pelo dito, a quem ou a que se destina. É o domínio de memória que, recuperando os elementos pré-construídos em sua formação, ou seja, as contradições engendradas na e pela revolta farroupilha, restitui esse sujeito a que se destina o sacrifício de Constância: a História oficial, homogênea e sem falhas, que funda o gauchismo a partir da criação do mito farroupilha. Para que essa história fosse construída, foi preciso apagar, interditar acontecimentos que reclamam sentidos. O texto de Stigger (2016), longe de apenas criar um universo fantasístico, retorna sobre os sentidos da memória histórica, estilizando sua unidade e dando a ver seu real.

### **Considerações finais: a falha em múltiplos rituais**

Ao analisar o discurso literário *sobre* o gaúcho, Petri (2009) afirma que eleger o literário como objeto em AD é assumir os riscos próprios ao trabalho com a ficção. Para a autora, a linha que separa a suposta realidade social e o mundo ficcional é tênue. Com efeito, o tecido do que convencionamos chamar realidade social e o tecido do discurso ficcional da literatura em prosa, apesar de se construírem de formas distintas, compartilham uma estranha – e familiar – característica: sua própria estrutura de ficção. É Pêcheux (1988 [1975]) quem aponta para o fato de que a interpelação ideológica tem a estrutura de uma ficção. No entanto, enquanto a realidade e o que se constrói como história oficial nada sabem sobre sua natureza equívoca, a literatura se ergue a partir do reconhecimento do equívoco e, mais, do trabalho consequente sobre ele e sobre aquilo que funda o(s) sentido(s).

Pêcheux (1988 [1975]), ao pensar a identificação/interpelação ideológica e a relação dos sujeitos com a forma-sujeito do discurso, lança mão da ideia de ficção como a modalidade do “como se”, que é a modalidade sob a qual a realidade se apresenta ao sujeito. Isso acarreta, para ele, a anulação da diferença existente entre as duas modalidades de incidência do interdiscurso no intradiscurso: o pré-construído e o discurso transversal. Com efeito, o fenômeno de simulação-presentificação – ou poder de *mise en scène* – próprio à literatura,

mas não só, faz com que a diferença entre uma evocação lateral (discurso transversal) e um objeto de pensamento exterior e anterior (pré-construído) seja tênue. No entanto, ambas as modalidades do interdiscurso e seus correlatos linguístico-estéticos, a metáfora e a metonímia, não perdem sua especificidade, embora funcionem conjuntamente na construção *discursivo-estética* dos mundos (im)possíveis.

Se a ficção é a modalidade que rege a identificação subjetiva, mascarada para o sujeito desde sempre, o discurso ficcional propriamente dito promove essa identificação até o absurdo, fazendo furo no imaginário que dá coerência ao sujeito e à realidade. Denominaremos *efeito estético* a esse furo que faz a simulação (Cf. Petri, 2009) ficcional tocar o real. Esse efeito é produzido a partir da dissimetria entre a memória, a realidade e a ficção literária, que desarranja a oposição entre a “verdade” diretamente observável do empírico e a narrativa ficcional ao ponto de fazer entrar por outra porta o real expulso do registro do imaginário.

É precisamente porque o *ego-sujeito-pleno* falha (Cf. Pêcheux, 1988 [1978]) que existe ficção; é precisamente porque o *nonsense* inconsciente nunca pode ser completamente recoberto e não para, por isso mesmo, de voltar no sujeito que a literatura produz seus efeitos na formação social. A interpelação ideológica é um ritual que falha, logo se estilhaça. É por esse mesmo motivo que a ficção literária pode estar mais próxima do real – já que admite sua natureza equívoca, seu não compromisso com a “verdade” – do que a ficção ideológica.

Como em todo ritual ideológico, algo falha, manca, na memória oficial sobre a revolta farroupilha, algo falha, tropeça na autoridade de estado investida nos oficiais que aparecem no conto, algo falha na “objetividade” narrativa. Isso confunde as filiações do leitor e coloca-o em uma posição incômoda. O estranho é também aquilo que nos toca, que faz eco, por isso é insuportável. O *nonsense* estético é índice do *nonsense* em que se produz todo sentido e, em última análise, o próprio sujeito. Essa falha ritual constitutiva também faz do rito sacrificial a que é submetida a menina Constância ambivalente, ao ponto de significar a violência da formação social capitalista, mas, simultaneamente, a violência emancipatória que desfaz a homogeneidade ilusória do passado idílico e restitui, nesse movimento, a contradição que lhe é própria.

Podemos, evidentemente, questionar a eficácia do efeito estético e tomá-la, não sem alguma razão, como algo que está muito mais próximo do leitor do que do discurso literário em si. Podemos também identificar o efeito estético a algo fugidio, difícil de apreender e, com efeito, teremos alguma razão. No entanto, qualquer que seja seu alcance, a literatura participa

das transformações sociais e ergue-se como um dos indícios das agitações ideológicas. Se o leitor tem a ilusão de que a literatura que “consome” aos finais de semana é puro entretenimento, à sua revelia podemos dizer que ela não é, como afirma Pêcheux (2015 [1983]), o “domingo do pensamento”, mas um índice potencial de desarranjo-rearranjo das redes de sentidos, índice do desejo que atravessa o sujeito e o faz querer sempre outra coisa, sintoma da “pulsão” (Cf. Pêcheux, 1988 [1978]) que ameaça a estabilidade dos sentidos e do sujeito.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter Evangelista e M<sup>a</sup> Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- AQUINO, Luana V. Reflexões sobre a prenda gaúcha: máscaras do/no imaginário. *Interfaces*. N. 13, v. 1, 2022, p. 214-29.
- BIRMAN, Joel. *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BRASIL. Decreto nº 30163 de 13/11/1951 / PE - Poder Executivo Federal <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/105992-aprova-o-regulamento-de-uniformes-do-pessoal-do-exercito-e-du-outras-providencias.html>, 1951, acesso em 26/07/2022
- CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard et al. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.
- DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Trad. Carlos E. Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- ERNST-PEREIRA, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: *Anais do IV SEAD*. (S/P). Porto Alegre, RS, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>, consulta em: 02 de junho de 2022.
- FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Trad. M<sup>a</sup> de Lourdes D. Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. 2<sup>a</sup> Ed. Campinas: Ed. RG, 2010 [1981].
- HENDGES, Laís G.. *Hino do Rio Grande do Sul: disputas pela memória social em prol da (des)construção da branquitude*. 128p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos. Universidade Federal da Integração Latino-americana. Foz do Iguaçu, PR, 2022.
- HILARIO, Leomir C. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. *Anuário de Literatura*. Florianópolis, n. 18, v. 2, 2013, p. 201-15.
- JORGE, Marco A. Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: as bases conceituais*. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. P. 67-89.
- LARA, Renata M. O sujeito na/da Arte Contemporânea: nos entremeios do discurso da/sobre a arte. *Signum: Estudos Linguísticos*. Londrina, n. 19, v. 2, 2016, p. 170-92.

- LACAN, Jacques. *O simbólico, o imaginário e o real*. Disponível em: <http://lacan.orgfree.com/lacan/textos/simbolicoimaginarioreal.htm>, 1953, consulta em: 20 de abril de 2022.
- LACAN, Jacques. *O seminário*. Livro 4 – a relação de objeto. Texto estabelecido por Jacques Allain Miller. Trad. Dulce D. Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 [1956-1957].
- LACAN, Jacques. *O seminário*. Livro 5 – as formações do inconsciente. Texto estabelecido por Jacques Allain Miller. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 [1957-1958].
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*. Porto Alegre, n. 48, v. 24, 2010. P. 1-12.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. P. 141-50.
- LIMA, Stella; VINHAS, Luciana I. (2018). O funcionamento da ideologia no discurso separatista: uma análise de um texto vinculado ao movimento *O sul é o meu país*. *Caderno de Letras*, n. 32, p. 171-98.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2012.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Ed., 2015.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1988a [1975].
- PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988b [1978].
- PÊCHEUX, Michel. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2016. P. 227-36.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7ª ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2015 [1983].
- PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1984], P. 151-61.
- PETRI, Verli. A produção de sentidos “sobre” o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. *Revista Conexão Letras*. História, Linguística e Literatura. N. 4, Porto Alegre, 2009, p. 71-86.
- RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed. 34, 2009a.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2009b.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 28ª ed. Trad. Antônio Chelini, José P. Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.
- STIGGER, Verônica. A literatura contemporânea em debate: testando os limites da criação ficcional [Entrevista concedida a Susana Souto e Gabriela Holanda]. *Revista Areia*. Alagoas, n. 3, 2020. P. 10-18.
- STIGGER, Verônica. *Sul*. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 31, v. 62, 2011, p. 49-70.

Recebido em: 17/02/2023; Aceito em: 21/07/2023.